

## **DECRETO Nº 8.607 DE 14 DE AGOSTO DE 2003**

(Publicado no Diário Oficial de 15/08/2003 )

**Aprova o Regimento da Comissão Gerenciadora da Campanha "SUA NOTA É UM SHOW DE SOLIDARIEDADE", criada pelo Decreto nº 8.497, de 25 de abril de 2003.**

**O GOVERNADOR DO ESTADO DA BAHIA**, no uso de suas atribuições, e à vista do disposto no art. 32, do Decreto nº 8.497, de 25 de abril de 2003, que aprovou o Regulamento da campanha "SUA NOTA É UM SHOW DE SOLIDARIEDADE", integrante do Programa de Educação Tributária do Estado da Bahia - PET/BA,

### **D E C R E T A**

**Art. 1º** Fica aprovado o Regimento da Comissão Gerenciadora da campanha "SUA NOTA É UM SHOW DE SOLIDARIEDADE", que com este se publica.

**Art. 2º** Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

**PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA**, em 14 de agosto de 2003.

**PAULO SOUTO**

Governador

Ruy Tourinho

Secretário de Governo

Eduardo Oliveira Santos

Secretário do Trabalho e Ação Social

Albérico Mascarenhas

Secretário da Fazenda

José Antônio Rodrigues Alves

Secretário da Saúde

Clodoveo Piazza

Secretário de Combate à Pobreza e às Desigualdades Sociais

**REGIMENTO DA COMISSÃO GERENCIADORA DA  
CAMPANHA "SUA NOTA É UM SHOW DE SOLIDARIEDADE" INTEGRANTE  
DO PROGRAMA DE EDUCAÇÃO TRIBUTÁRIA - PET/BA**

## **CAPÍTULO I**

### **DA COMPOSIÇÃO E FINALIDADE**

**Art. 1º** A Comissão Gerenciadora da Campanha "SUA NOTA É UM SHOW DE SOLIDARIEDADE", será composta por 07 (sete) membros titulares e igual número de suplentes assim constituída: 02 (dois) representantes da Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia – SEFAZ; 01 (um) representante da Secretaria de Saúde do Estado da Bahia – SESAB; 01 (um) representante da Secretaria de Combate a Pobreza e as Desigualdades Sociais - SECOMP; 01 (um) representante da Secretaria do Trabalho e Ação Social - SETRAS; 02 (dois) representantes das instituições cadastradas na Campanha, sendo 01(um) da área social e 01 (um) da área de saúde.

**Art. 2º** A Comissão Gerenciadora da Campanha "SUA NOTA É UM SHOW DE SOLIDARIEDADE" tem a finalidade de analisar, normatizar e deliberar sobre procedimentos e processos relativos a casos excepcionais ou omissos ao regulamento da Campanha.

## **CAPÍTULO II**

### **DAS COMPETÊNCIAS**

**Art. 3º** À Comissão Gerenciadora das atividades da Campanha "SUA NOTA É UM SHOW DE SOLIDARIEDADE", compete:

**I** - examinar processos pendentes relativos à cadastramento, aplicação de recursos, prestação de contas das instituições sociais e de saúde;

**II** - converter em diligência os processos, para esclarecimentos complementares;

**III** - orientar e dirimir dúvidas das instituições visando o desenvolvimento da Campanha;

**IV** - emitir pareceres conclusivos.

**Parágrafo único.** As decisões da Comissão Gerenciadora se revestirão na forma de resolução e serão publicadas, na íntegra ou em resumo, no Diário Oficial do Estado.

## **CAPÍTULO III**

### **DA ORGANIZAÇÃO E DAS ATRIBUIÇÕES DOS CARGOS**

**Art. 4º** A Comissão Gerenciadora tem a seguinte organização:

**I** - Presidência;

**II** - Titular;

**III** - Suplente.

**Art. 5º** À Presidência compete convocar as reuniões da Comissão Gerenciadora e adotar medidas "ad referendum" do Plenário, as quais deverão ser submetidas à apreciação na primeira sessão a ser realizada.

**Parágrafo único.** Ao Presidente da Comissão não será atribuído processo para relatar.

**Art. 6º** Ao Titular ou ao seu Suplente, além de exercer as competências da Comissão Gerenciadora, definidas no art. 3º deste Regimento, cabe apreciar os atos da Presidência praticados "ad referendum".

**Art. 7º** São atribuições:

**I** - do Presidente:

- a) representar a Comissão ou designar um membro que o faça;
- b) convocar e presidir as reuniões do Colegiado, decidir questões de ordem, apurar e proclamar resultados das votações;
- c) convocar as reuniões extraordinárias;
- d) submeter ao Plenário, matérias para sua apreciação e decisão;
- e) designar relatores mediante sorteio;
- f) proferir votos de "Minerva", em casos de empate;
- g) despachar, independentemente de exame pelo Plenário, os processos cuja matéria tenha sido objeto de decisão da Comissão, em caráter normativo;
- h) subscrever as resoluções da Comissão;
- i) expedir e fazer executar as resoluções da Comissão;
- j) despachar o expediente;
- l) retirar processos da pauta e convertê-los em diligência;
- m) autorizar atos "ad referendum" do Plenário, bem como conceder, prorrogação de prazos relativos aos processos, submetendo-os ao Colegiado na primeira reunião a ser realizada;
- n) delegar atribuições.

**II** - do Titular ou seu Suplente:

- a) participar das reuniões;

- b) estudar e relatar, na forma e prazo fixados, os assuntos submetidos à sua apreciação pela Comissão;
- c) discutir e votar a matéria constante da ordem do dia;
- d) submeter ao Plenário, matérias para sua apreciação e decisão;
- e) proferir voto fundamentado quando divergir do voto do relator e for vencido;
- f) requerer, justificadamente, conversão do processo em diligência;
- g) requerer, justificadamente, preferência para a votação de qualquer matéria incluída na ordem do dia;
- h) representar a Comissão sempre que designado pelo Presidente.

#### **CAPÍTULO IV DO FUNCIONAMENTO**

**Art. 8º** A Comissão reunir-se-á ordinariamente uma vez por mês, de acordo com a convocação do Presidente, em hora e local confirmado, com antecedência mínima de quarenta e oito horas.

§ 1º A Comissão reunir-se-á extraordinariamente quando convocado pelo Presidente ou a requerimento da maioria simples de seus membros, no curso da reunião ordinária ou a requerimento da maioria absoluta, com antecedência de vinte e quatro horas.

§ 2º Para o funcionamento da Comissão exigir-se-á quorum mínimo de cinco membros, incluindo o Presidente.

§ 3º Não havendo quorum até a hora estabelecida para início da sessão, admitindo-se a tolerância de 20 minutos, lavrar-se-á termo de presença, ficando o expediente e a ordem do dia transferidos para reunião imediata se o Presidente não preferir convocar reunião extraordinária.

**Art. 9º** As matérias a serem submetidas à apreciação da Comissão deverão ser encaminhadas ao seu Presidente que, registrará, autuará e procederá a sua instrução com vistas à distribuição.

**Art. 10.** Ressalvadas as hipóteses previstas em lei, as decisões da Comissão serão tomadas pela maioria simples dos membros presentes à reunião e só poderão ser revistas ou modificadas pelo voto de, no mínimo, dois terços da Comissão, nos pedidos de reconsideração.

**Parágrafo único.** As votações serão abertas, registrando-se em ata as declarações nominais de votos, caso seja requerido pelos membros da Comissão.

**Art. 11.** Os pedidos de reconsideração deverão ser formulados no prazo de

cinco dias a partir da data de publicação da decisão, através de petição fundamentada dirigida ao Presidente, que a encaminhará à Comissão, quando enquadrarem-se em uma das hipóteses abaixo:

**I** - decisão contrária, frontalmente, à norma legal que rege a matéria;

**II** - evidente erro material de julgamento;

**III** - superveniência de novos documentos que, justificadamente, ensejem o reexame do pedido.

§ 1º A Comissão deverá decidir sobre o pedido de reconsideração no prazo de trinta dias.

§ 2º Acolhido o pedido de reconsideração, a Comissão emitirá nova resolução que será publicada no Diário Oficial do Estado, substituindo a anterior.

§ 3º Impróvido o pedido de reconsideração, e após a publicação no Diário Oficial do Estado, o processo será arquivado.

**Art. 12.** As reuniões da Comissão obedecerão à seguinte ordem:

**I** - abertura pelo Presidente;

**II** - verificação do número de presença;

**III** - leitura, discussão e aprovação da ata da sessão anterior;

**IV** - leitura e distribuição do expediente;

**V** - discussão e votação da ordem do dia;

**VI** - comunicação, requerimento, apresentação de moções, indicações e exames de processos de natureza administrativa;

**VII** - distribuição dos processos de natureza administrativa;

**VIII** - leitura e assinatura das resoluções aprovadas;

**IX** - o que ocorrer.

§ 1º As reuniões da Comissão não serão públicas.

§ 2º Os assuntos incluídos na ordem do dia que, por qualquer motivo, não foram discutidos e votados, deverão constar, obrigatoriamente, como prioridade, da pauta da reunião imediata.

§ 3º Em nenhuma hipótese, a matéria constante da ordem do dia poderá permanecer em pauta por mais de duas sessões sem apreciação.

**Art. 13.** Qualquer membro da Comissão poderá pedir retificação da ata, quando de sua votação.

§ 1º As retificações constarão da própria ata.

§ 2º A ata, depois de aprovada, será assinada pelo Presidente e membros da Comissão presentes à sessão.

**Art. 14.** Nas reuniões ordinárias e por decisão da maioria simples presente, a Comissão poderá discutir e votar assuntos de relevante interesse não constantes na ordem do dia, desde que solicitado por qualquer de seus membros e justificada a urgência e necessidade.

**Art. 15.** Para cada matéria submetida à apreciação da Comissão, haverá um relator cujo parecer, se vencido, poderá, a seu requerimento, e por decisão do Plenário, integrar a resolução adotada.

§ 1º O relator poderá requerer, justificadamente, conversão do processo em diligência.

§ 2º Não sendo o processo relatado em duas reuniões consecutivas, o Presidente designará imediatamente outro relator.

**Art. 16.** A apreciação de matéria constante da ordem do dia obedecerá à seguinte disposição:

**I** - apresentação do parecer e voto pelo relator;

**II** - discussão;

**III** - votação.

§ 1º Após a apresentação do parecer pelo relator, o Presidente abrirá a discussão, concedendo a palavra ao membro da Comissão que a solicitar pelo período de cinco minutos prorrogável por igual tempo.

§ 2º Durante a apresentação do parecer pelo relator não será permitido aparte.

§ 3º Por solicitação de qualquer membro da Comissão e excluída a hipótese de decisão de caráter normativo, poderá ser dispensada a leitura do parecer e dos documentos que o acompanham, desde que sejam do conhecimento prévio dos membros da Comissão, procedendo-se, porém, à leitura de suas conclusões.

§ 4º O membro da Comissão somente poderá falar mais de uma vez sobre a mesma matéria em discussão nas hipóteses de concessão de aparte ou para apresentar fato novo, ficando o relator com direito à palavra final no debate.

§ 5º Após as considerações finais do relator, o Presidente procederá à

votação e proclamará o resultado, só admitindo o uso da palavra para o encaminhamento da votação ou invocação de questão de ordem.

§ 6º A questão de ordem, que será decidida pelo Presidente, só poderá ser invocada nos casos de dúvida de interpretação ou aplicação de dispositivo deste Regimento e de infração à norma legal.

§ 7º Rejeitado o parecer do relator, o Presidente designará o autor do primeiro voto do entendimento predominante para lavrar a decisão, incorporando-se ao processo o parecer e os votos vencidos.

§ 8º Formulado o pedido de vista, a matéria será automaticamente retirada da ordem do dia, ficando a sua discussão e votação transferida para a reunião ordinária imediata ou a extraordinária especialmente convocada em face da relevância da matéria.

§ 9º Salvo em casos especiais, a juízo da Comissão, não serão deferidas diligências a processos em regime de vista.

§ 10. Se mais de um membro da Comissão pedir vista, o prazo será comum, devendo os votos serem apresentados na reunião subsequente, na forma do § 8º deste artigo.

§ 11. Se na reunião subsequente o membro da Comissão que houver pedido vista não comparecer ou não enviar o voto, o Presidente dará por encerrada a discussão e colocará a matéria em votação.

§ 12. O membro da Comissão que tenha assistido à apresentação do parecer pelo relator, ou que dele tenha tomado conhecimento na forma prevista no § 3º do art. 16, não poderá abster-se de votar, salvo se alcançado por impedimento ou suspeição.

**Art. 17.** O Plenário decidirá, de pronto, sobre os pedidos de preferência para a discussão e votação de qualquer matéria incluída na ordem do dia.

**Art. 18.** O resultado da votação será transcrito em ata.

## **CAPÍTULO V DISPOSIÇÕES GERAIS**

**Art. 19.** A Comissão Gerenciadora não disporá de quadro próprio de pessoal, podendo requisitar ou ter à sua disposição servidores de órgãos e entidades da Administração Estadual.

**Art. 20.** A Comissão decidirá sobre os casos omissos e dúvidas decorrentes da interpretação deste Regimento.